

Disputas narrativas na constituição das cidades sustentáveis: estudo de caso sobre um programa telejornalístico

Narrative disputes in the constitution of sustainable cities: case study about a telejournalism program

Leonel Azevedo de Aguiar – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio | Rio de Janeiro | RJ | Brasil | E-mail: laaguiar@uol.com.br 

Paula Miranda – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio | Rio de Janeiro | RJ | Brasil | E-mail: paula.miranda@outlook.com 

Resumo: O estudo de caso sobre um programa de TV pode despertar a compreensão de como as disputas narrativas constroem o relato jornalístico sobre o cotidiano de uma metrópole em constante transformação. Esta é a proposta deste artigo que faz a análise de um dos episódios do programa *Cidades e Soluções*, exibido no canal *Globo News*, apresentando a disputa narrativa expressa na cobertura telejornalística sobre o processo de urbanização da zona portuária do Rio de Janeiro. O trabalho também aproxima autores que pensam a cidade – Perce, Simmel, Banchot, Certeau e Harvey – com os conceitos advindos da teoria do jornalismo, visando contribuir para o debate sobre a noção de cidade sustentável no jornalismo ambiental.

Palavras-chave: Disputas narrativas. Telejornalismo. Cidades sustentáveis. Jornalismo ambiental. Programa cidades e soluções.

Abstract: The case study of a TV program can awaken an understanding of how narrative disputes construct a journalistic account of the everyday life of a constantly changing metropolis. This is the proposal of this article that analyzes one of the episodes of the program *Cidades e Soluções*, shown on the *Globo News* channel, presenting the narrative dispute expressed in the television news coverage about the process of urbanization of the port area of Rio de Janeiro. The work also approaches authors who think the city - Perce, Simmel, Banchot, Certeau and Harvey - with the concepts derived from journalism theory, to contribute to the debate about the notion of sustainable city in environmental journalism.

Keywords: Narrative disputes. Telejournalism. Sustainable cities. Environmental journalism. Cities program and solutions.

• Recebido em 07 de maio de 2019 • Aprovado em 01 de julho 2019 • e-ISSN: 2177-5788

DOI: <https://doi.org/10.22484/2177-5788.2019v45n1p23-37>

Copyright © 2019. Conteúdo de acesso aberto, distribuído sob os termos da Licença Internacional da Creative Commons – CC BY-NC-SA – Atribuição Não Comercial (<https://br.creativecommons.org/licencas/>) – Permite distribuição e reprodução, desde que atribuam os devidos créditos à publicação, ao autor(es) e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

1 Introdução

A proposta deste trabalho é analisar a disputa narrativa que se expressa na cobertura telejornalística sobre o processo de urbanização da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro. Para realizar este estudo de caso, escolhemos um dos episódios do programa de telejornalismo Cidades e Soluções, exibido no canal por assinatura Globo News.

O estudo de caso sobre um programa telejornalístico pode aprofundar a compreensão sobre como os discursos jornalísticos sobre o cotidiano de uma metrópole em constante transformação constroem as disputas narrativas em torno da noção de cidades sustentáveis. O trabalho também aproxima autores que pensam a cidade – Perce, Simmel, Banchof, Certeau e Harvey – com os conceitos advindos da teoria do jornalismo, visando contribuir para o debate sobre a noção de cidade sustentável no jornalismo ambiental.

Esses pensadores destacam que a vida nas metrópoles é marcada pelas pressões causadas pela globalização, desenvolvimento tecnológico e alterações econômicas profundas que trazem ameaças e riscos naturais e urbanos que despertam a emergência de ações para a proteção do meio ambiente. Mais de 50% da população mundial vive nas cidades e é nelas que se concentram os maiores problemas ambientais. Em uma leitura hegemônica, o conceito de cidade sustentável aponta para o caminho do equilíbrio entre o meio ambiente, do qual o homem faz parte, com o desenvolvimento econômico dentro da lógica capitalista que traça diretrizes para o planejamento urbano. Nesse contexto, o jornalismo ambiental, busca relatar o cotidiano da cidade nesse campo de disputas narrativas. Tornar o cotidiano considerado comum e sem atrativos em algo que desperte a reflexão sobre o futuro das nossas cidades diante das transformações urbanas.

Este artigo, através da reflexão teórica a partir de autores como George Perce (1989), Georg Simmel (2005), Maurice Banchof (2007), Michel de Certeau (1994; 2011) e David Harvey (2014) e da metodologia do estudo de caso, analisa um dos episódios do programa telejornalístico Cidades e Soluções, exibido pelo canal de televisão por assinatura Globo News. Apresenta três pontos de discussão: 1) o direito à cidade sustentável pensado como uma utopia; 2) o jornalismo ambiental e a vida cotidiana na discussão sobre seu papel na produção da informação e nas mudanças sobre a visão do homem em relação ao meio ambiente; 3) o programa Cidades e Soluções e os discursos telejornalísticos sobre o cotidiano de uma metrópole brasileira, com análise do episódio Vantagens e riscos da maior intervenção urbana do Brasil, exibido no dia 30 de março de 2015, que pode ser compreendido como espaço midiático de uma disputa narrativa – ou uma “guerra de relatos” – sobre o processo de transformação da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro.

2 O Direito à Cidade Sustentável

O significado de utopia é um lugar ou estado ideal de completa felicidade e harmonia entre os indivíduos. É uma perfeição que seria inatingível para os seres humanos na sociedade contemporânea onde a lógica da globalização impõe e também sofre as consequências diante das pressões para o aumento da produtividade e competitividade. A cidade é um palco dessas pressões e disputas e um “fenômeno complexo em constante movimento”, como destaca Sposito (2008, p. 32). Mas seria utópico pensar uma cidade onde o desenvolvimento econômico, a qualidade de vida da população e a preservação ambiental poderiam caminhar juntos e construir o melhor para todos?

Diante de tantos questionamentos e conflitos, as cidades ainda revelam seu poder no imaginário da experiência urbana, tema de várias produções da literatura, do cinema e da mídia em geral. As cidades, como as conhecemos, produzidas e transformadas pelas relações capitalistas de produção, surgiram na consolidação da Revolução Industrial, no final do século XVIII até o início do século XIX, e o crescimento desses centros modificou e configurou a paisagem urbana. O movimento populacional é um exemplo deste fluxo. Mais de 54% da população vivia em cidades em 2014, segundo um relatório divulgado todos os anos pela Organização Internacional de Migrações (OIM). O estudo prevê que “a atual população urbana de 3,9 bilhões passe a 6,5 bilhões em 2050” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2015). A apropriação dos espaços urbanos por atores sociais com diferentes atividades e objetivos diversos mostra a urgência em pensar um novo modelo de cidade.

Em busca de soluções para os problemas urbanos que abrangem questões como segurança, saúde e educação, as cidades podem ser compreendidas através de diversos indicadores econômicos, populacionais, legais ou jurídicos, mas ela não pode ser resumida apenas pelo território ocupado por veículos diversos e pelo conjunto de áreas externas e de edifícios de diferentes formas e usos. “É preciso considerar a cidade como uma concentração de homens, de necessidades, de possibilidades de toda a espécie”, de acordo com Beaujeau-Garnier (*apud* SPOSITO, 2008, p. 14). Nessa grande capacidade de transformação e organização, a cidade seria encarada como “objeto e sujeito”. Como objeto, ela existe como matéria, mas como sujeito demonstra grande poder de influência entre seus habitantes. Nesse contexto, a cidade deve ser pensada pelos atores sociais, em especial a população local.

Sobre essa questão, Harvey concorda com o papel dos habitantes nas mudanças, contesta hipóteses conformistas sobre o futuro das cidades e destaca a definição do sociólogo, Robert Park, sobre a cidade. De acordo com Park, a cidade é:

[...] a tentativa mais coerente em termos gerais, mais bem-sucedida de refazer o mundo em que vive, e de fazê-lo de acordo com seus mais profundos desejos. Porém, se a cidade é o mundo criado pelo homem, segue-se também que é o mundo em que ele está condenado a viver. Assim, indiretamente e sem nenhuma consciência bem definida da natureza de sua tarefa, ao criar a cidade o homem recriou a si mesmo (PARK *apud* HARVEY, 2014, p. 28).

Ou seja, temos de refletir sobre o tipo de pessoas que somos para ter a cidade que buscamos. Harvey defende o conceito do direito à cidade em uma perspectiva que seja mais coletiva que individual que “é o direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos” (HARVEY, 2014, p. 29).

O ato de reinventar a cidade esbarra em série de questões nas transformações urbanas. É nas cidades que estão as contradições e conflitos diante de várias formas de mercantilização dos espaços. Uma delas é o processo de gentrificação. O conceito vem do termo inglês *gentrification* e significa a melhoria e revitalização de espaços urbanos e ainda a supervalorização desses espaços. Ocorre em grandes cidades do mundo. O projeto Porto Maravilha de revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro, que será abordado mais adiante neste trabalho, é um exemplo dessa iniciativa que divide opiniões e causa polêmica. Harvey (2014) critica essas iniciativas, destacando que as cidades se tornam lugares de investimentos e não de pessoas. O processo de gentrificação tem basicamente três elementos: a população dos locais que passam por essas mudanças é substituída por outra de maior poder aquisitivo; nesses novos espaços, os projetos são de profissionais renomados para aumentar o prestígio desses locais, incentivando novos investimentos; e, por fim, as intervenções de vários artistas nesse processo agregam valor para uma área antes considerada inabitável.

A gentrificação é uma antiga estratégia para organizar espaços urbanos e, de acordo com Certeau (2011, p. 189-190), é quando “as coisas antigas se tornam importantes” ou “são resistências de um passado teimoso” e podem ser consideradas obstáculos para quem planeja o espaço urbano. O autor relata as transformações ocorridas na cidade de Paris onde “essas velharias que parecem dormir, casas desfiguradas, fábricas desativadas, cacos de histórias naufragadas, elas ainda formam as ruínas de uma cidade desconhecida e estranha”. Muito parecido com o que vemos em várias cidades brasileiras, inclusive na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, cenário do Projeto Porto Maravilha. É a promoção de um espaço renovado com a proposta de multiplicar investimentos, mas é importante refletir sobre os interesses dos atores sociais nesse processo.

Miranda e Netto destacam as tendências da administração pública em gerir a cidade como uma empresa onde os gestores são chamados de colaboradores e a população é tratada como um cliente. A cidade-empresa ou a cidade marketing “prega a política de incentivos fiscais para atrair mais capital e a parceria público-privada na execução de projetos, fortalecendo, na verdade, o próprio setor privado” (MIRANDA; NETTO, 2010, p. 6).

A busca do direito à cidade nesse campo de lutas sociais envolve uma das questões mais discutidas na atualidade: o futuro do meio ambiente em nosso planeta. Afinal, grande parte dos problemas ambientais está concentrada nas cidades. Por isso, é necessário pensar na sustentabilidade dos centros urbanos, já que um sistema considerado sustentável pode se manter no seu estado atual por tempo indefinido sem esgotar seus recursos naturais. É uma situação complexa para quem compreende, segundo Silva (2001), que a cidade busca atender aos desejos dos cidadãos, de acordo com as particularidades de cada lugar. Voltando a questão apresentada no começo desse texto, parece difícil pensar em como os ideais que envolvem desenvolvimento econômico, qualidade de vida e preservação ambiental possam coexistir de forma equitativa.

Essa é a proposta do Programa Cidades Sustentáveis, realizado pelas organizações não-governamentais Rede Nossa São Paulo, Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis e Instituto Ethos, que oferece ao poder público uma agenda de sustentabilidade urbana, um conjunto de indicadores associados a essa agenda e um banco de práticas com casos nacionais e internacionais como referências. O objetivo é sensibilizar e mobilizar as cidades brasileiras para que se desenvolvam de forma econômica e ambientalmente sustentável. A ideia nasceu dos compromissos de Aalborg (Dinamarca), um pacto político com o desenvolvimento sustentável que foi assinado por mais de 650 municípios, principalmente europeus.

A Plataforma Cidades Sustentáveis tem uma agenda ambiental composta de 12 eixos temáticos que integram questões sociais, ambientais, econômicas, políticas e culturais: governança; bens naturais comuns; equidade, justiça social e cultura de paz; gestão local para sustentabilidade; planejamento e desenho urbano; cultura para a sustentabilidade; educação para a sustentabilidade e qualidade de vida; economia local, dinâmica criativa e sustentável; consumo responsável e opções de estilo de vida; melhor mobilidade, menos tráfego; ação local para a saúde; do local para o global. Um dos pontos principais desses eixos é considerar a participação das comunidades locais na tomada de decisões para a preservação dos recursos naturais, a equidade social, o correto ordenamento do território, a mobilidade urbana, o clima mundial e a conservação da biodiversidade (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2012).

As transformações propostas por esse programa visam, em especial, minimizar os efeitos dos problemas urbanos para os habitantes das metrópoles. Há autores que demonstram como o impacto causado pelas transformações urbanas contemporâneas vem aumentando o individualismo isolacionista, a ansiedade e a neurose (HARVEY, 2014) e que as novas tecnologias – no caso, o projeto das cidades digitais – alteram “radicalmente a percepção e a sensibilidade humanas”, como ressalta Gomes (2004, p. 1), ao lembrar o ensaio de Simmel (2005), *As grandes cidades e a vida do espírito*, texto também conhecido como *A metrópole e a vida mental*. O ensaio, lido durante uma conferência proferida por Georg Simmel, durante a “Exposição das Cidades”, ocorrida em Dresden, Alemanha, no inverno de 1902, apresenta reflexões que podem servir de inspiração para se pensar sobre os efeitos, nos processos de produção da subjetividade, da vida nas grandes cidades.

No texto, Simmel nos alerta sobre essa questão, apresentando as metrópoles como fragmentadoras dos sentimentos humanos e dos relacionamentos sociais enquanto que a vida dos habitantes das cidades pequenas é baseada em relações pautadas nos sentimentos de pertencimento comunitário e uma percepção de coesão social. As pressões causadas pela revolução tecnológica e pelos ideais capitalistas criam condições psicológicas que provocam a incapacidade de reagir aos novos estímulos. Um comportamento indiferente que o filósofo chama de caráter *blasé*. Seria uma forma de autopreservação das individualidades frente às coações das grandes cidades.

O programa Cidades Sustentáveis, incentivando a participação da comunidade no processo de mudanças no espaço urbano, seria essencial na mudança de comportamento dos habitantes da cidade. Talvez, seria o lento desvanecer do caráter *blasé* de Simmel. Em busca dessa rebelde utopia, a mídia também é um elemento primordial nestas discussões sobre o cotidiano das cidades nas transformações urbanas. Este é o ponto de discussão que começa em seguida.

3 O Jornalismo Ambiental e o Cotidiano

A relação entre jornalismo e cotidiano está fundada na tarefa de esclarecer os cidadãos, oferecendo pontos para o debate e reflexão. É um vínculo criado desde a origem do jornalismo no século XIII, “tempo da produção e reprodução de folhas manuscritas – os *Avvisi* e os *Zeitungen* – que circulavam na Itália e na Alemanha”, com informações sobre política, religião ou clima, ou seja, tudo o que podia alterar a economia, a saúde e a segurança das pessoas (MORETZSOHN, 2007, p. 105). Observar e lidar com a vida cotidiana para, através da apuração das notícias, incentivar a visão crítica sobre os fatos faz parte do ideal profissional jornalístico a partir do momento que o jornal se torna o marco transmissão de informações de forma sistemática dentro de um processo capitalista de produção no século XIX.

Sheringham (2006) reforça que a noção de cotidiano é, muitas vezes, associada ao que é aborrecido, chato, mundano, trivial e repetitivo. Para Blanchot (2007, p. 241), a indeterminação é o centro do poder político do cotidiano que traz com ele a capacidade destrutiva e a força corrosiva do anonimato. Sem verdade própria, sempre deixa o homem mergulhado em seu aspecto penoso e sórdido, ou seja, “o tédio é o cotidiano tornado manifesto”. Nesse contexto, a luta diária do jornalismo estaria em salvar o cotidiano do lugar comum e da indiferença.

Perec (1989) desperta reflexões sobre esse dilema do jornalismo na apresentação do livro *L'Infraordinaire*, cujo sugestivo título já nos pergunta *Approches de quoi?* (a palavra que, em tradução literal, significa aproximar, tem aqui o sentido de “abordagem de que?” ou “o ponto de vista sobre o que?”). Segundo ele, os jornais seriam entediantes e sem capacidade para responder as perguntas mais pertinentes. “Os jornais me irritam, eles não me ensinam nada; o que eles me contam não me diz respeito, não me interrogam ou respondem questões que tenho ou quero perguntar” (PEREC, 1989, p. 10, tradução nossa)¹.

O autor questiona como nos damos conta da nossa vida ordinária da nossa rotina e, além disso, como interrogar nosso cotidiano e descrevê-lo. Não se trata mais do exótico, mas do “endótico” ou o que está dentro do cotidiano. Não mais do extraordinário, mas do “infra-ordinário” (PEREC, 1989, p. 12). Nesse sentido, desvendar o cotidiano seria o desafio da imprensa, ou seja, transformar o “infra-ordinário”, o comum, no extraordinário. Ou, voltando a Blanchot (2007, p. 243), “pode-se dizer que o jornal incapaz de apreender a insignificância do cotidiano, só pode se tornar sensível o seu valor tornando-o sensacional”.

Para executar essa tarefa, o jornalismo toma como base uma questão simples: “o que leva um acontecimento em detrimento de outro a receber o estatuto de notícia?” (SILVA, 2014, p. 25). Essa escolha é possível a partir do conceito de noticiabilidade aqui relatado por Traquina (2013, p. 61):

o conjunto de critérios e operações que fornecem aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento ou assunto, é suscetível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo “valor-notícia” ou *newsorthiness*.

¹Le journaux m'ennuient, ils ne m'apprennent rien; ce qu'ils racontent ne me concerne pas, ne me interroge pas et répond pas davantage aux questions que je pose ou que je voudrais poser.

Os critérios abrangem vários valores-notícia que determinam a seleção de um fato. De acordo com o trabalho de Gislene Silva, a partir da elaboração de uma "tabela de valores-notícia para operacionalizar análises de acontecimentos noticiados ou noticiáveis", podemos citar: "impacto, proeminência, conflito, tragédia/drama, proximidade, raridade, surpresa, governo, polêmica, justiça, entretenimento/curiosidade e conhecimento/cultura" (SILVA, 2014, p. 65). Dessa forma, vemos que existem diversos enfoques a serem observados para um acontecimento virar notícia ou o que seria comum se tornar extraordinário. Essa tarefa interminável faz parte de todos os segmentos e especializações do jornalismo.

O jornalismo ambiental narra o cotidiano, acompanhando a evolução das correntes de pensamento e transformações no discurso em tempos de discussão sobre seu papel na produção da informação e nas mudanças sobre a visão do humano em relação ao meio ambiente. O desenvolvimento do discurso sobre questões ambientais traz a necessidade de reflexão sobre como esse cotidiano é desvendado pela imprensa.

O texto de Aguiar e Schaun (2011) apresenta a progressão das formações discursivas sobre as questões ambientais desde os anos 60 até a década de 90, que formou o que se fala e como se fala sobre o meio ambiente até os dias de hoje. Segundo o autor, nos anos 60, o discurso sobre as questões ambientais começa com as propostas de superação dos problemas ambientais, apresentando o perigo diante da devastação e a necessidade da mobilização política. Na década de 70, começa a organização de eventos, comícios, palestras, atos públicos e conferências, nos Estados Unidos e vários países da Europa. Um exemplo é a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo. Foi o momento do início da reflexão sobre os limites da exploração e utilização dos recursos naturais do planeta para garantir a sobrevivência da humanidade. As questões ambientais alertam para as consequências dos atos de uma sociedade que traz como base os valores materialistas. O consumismo acima de tudo.

Aguiar e Schaun (2011) destacam ainda as mudanças discurso nos anos 80, marcadas pela "figura da crise cultural". Ou seja: o momento de superação do pensamento racionalista e dos valores materialistas que sempre foram alicerces da Modernidade. Nessa fase, foi proposto o conceito de desenvolvimento sustentável, ideia muito difundida em vários textos jornalísticos. Construído a partir de corrente ideológica do conservacionismo ou o amor à natureza aliado ao seu uso racional (um meio termo entre preservacionismo e desenvolvimentismo), o desenvolvimento sustentável permite um acordo ou o equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação ambiental. Esses autores destacam que na década de 1980, a questão ambiental adquiriu pela visibilidade nos meios de comunicação de massa, o que contribuiu para a disseminação desse discurso.

Na década de 90, iniciaram os debates sobre as questões ambientais, enfatizando o risco global, ou seja, o planeta como um todo está ameaçado por um modelo de sociedade centrada no individualismo e no consumo sem limites em um mundo capitalista globalizado. Nessa fase, o movimento ecológico se separa dos movimentos sociais e políticos. Os problemas ambientais fazem parte de uma crise global. Essas transformações, envolvidas com as questões sociais, políticas e econômicas em todo o mundo, podem influenciar o discurso jornalístico sobre o meio ambiente.

A visão biocêntrica, nesse contexto de transformação do discurso científico e jornalístico sobre as questões ambientais, apresenta a concepção oposta ao antropocentrismo que mostra a humanidade como o foco da existência. As concepções biocêntricas defendem que o homem tem deveres em relação à natureza porque todas as formas de vida são importantes. O ser humano deixa de fazer o que quer da natureza e passa a ser responsável por ela. Toda a evolução do pensamento sobre as questões ambientais fez emergir uma ética da responsabilidade buscando incentivar a humanidade na busca de um consenso entre os atores sociais na proteção da natureza para assegurar nossa existência na Terra. Os reflexos dessa concepção no discurso jornalístico despertam a necessidade de reflexões e pesquisas, levando em conta os critérios de noticiabilidade na pauta sobre questões ambientais e a rotina produtiva nas redações em uma sociedade dominada pela técnica e a produção industrial de informações.

O jornalismo ambiental, como aponta Girardi *et al.* (2010), sofre críticas sobre “a falta de abordagem sistemática e não apenas motivada por eventos ou catástrofes”. A costumeira preferência do jornalismo ambiental por pautas sobre as catástrofes ecológicas pode mostrar que, segundo Aguiar e Schaun (2011), o discurso da mídia vincula a crise do meio ambiente “a uma heurística do medo”, um conceito polêmico da obra do filósofo alemão Hans Jonas.

Jonas (2006, p. 17), a partir do princípio responsabilidade como um imperativo ético, propõe o diálogo crítico sobre as ações do homem na era tecnológica. Ou seja: “uma ética na qual o mundo animal, vegetal, mineral, biosfera e estratosfera fazem parte desta esfera de responsabilidade”. Dentro desse princípio, a heurística do medo, completam Battestin e Ghiggi (2010, p. 75-76), é a capacidade humana de solucionar problemas imprevistos, servindo como “critério seguro para a avaliação dos perigos apresentados pela técnica; não é um medo paralisante e nem um medo patológico, mas sim, um medo que desperta para o pensar e para o agir”. Nessa concepção, o medo desperta a necessidade do limite na evolução tecnológica para a preservação do planeta. A questão é que essa ideia propaga o pânico e inibe probabilidades mais otimistas e realistas na forma como a humanidade poderia alterar suas atitudes em relação à natureza.

Por outro lado, temos a chamada heurística do amor. Segundo proposta lançada por Serres (1991 *apud* AGUIAR e SCHAUN, 2011), que fundou uma ética baseada no amor e “propõe ampliar o campo da ética

para realizar plenamente o contrato natural, indo além dos interesses exclusivamente humanos das éticas antropocêntricas”. Michel Serres não ignora a responsabilidade, mas a apresenta com menos rigor para o restabelecimento do elo homem-natureza. No caso do discurso jornalístico das empresas e organizações não governamentais, tanto a heurística do amor quanto a heurística do medo estariam relacionados à forma como os jornalistas e empresas jornalísticas tratam a questão ambiental.

Essa evolução no discurso sobre o meio ambiente nos faz retornar a questão de George Perec sobre como narrar e descrever esse cotidiano tão mutável e polêmico. E lembrando a questão da cidade como cenário de inúmeros casos de destruição ambiental, é primordial informar o cidadão sobre como participar e adotar o ideal de cidade sustentável, lembrando da “esfera de responsabilidade” de todos nós.

O episódio do programa telejornalístico *Cidades e Soluções*, exibido pelo canal por assinatura Globo News, foi escolhido como unidade de análise através da metodologia do estudo de caso com a proposta de mostrar como podem ocorrer as disputas narrativas expressas na cobertura jornalística sobre o processo de urbanização da zona portuária do Rio de Janeiro.

A metodologia foi escolhida como a mais adequada para este trabalho porque, afinal, Goode e Hatt (*apud* DUARTE, 2011, p. 216), “definem o estudo de caso como um método para olhar para a realidade social”. E ainda, de acordo com Merriam (*apud* DUARTE, 2011, p. 217), que enumera características do método, sendo uma delas o “particularismo”, ou seja, o estudo se centra em “uma situação, acontecimento, programa ou fenômeno particular, proporcionando assim uma excelente via de análise prática” de problemas da vida real”.

Yin (2015) completa essas ideias, ressaltando que essa metodologia pode ajudar a explicar porque uma série de decisões são tomadas, implementadas e com quais resultados. Segundo ele, o “estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o ‘caso’) em profundidade e em seu contexto de mundo real” (YIN, 2015, p. 16). Desse modo, a análise do episódio ajuda a entender como a cobertura jornalística busca explicar e contextualizar os telespectadores sobre o projeto da zona portuária e as diversas visões dos atores sociais, governo, iniciativa privada e a população, envolvidos nas disputas narrativas sobre o tema. O estudo desse episódio é relacionado com as ideias de autores que pensam a cidade – Perec, Simmel, Blanchot, Certeau e Harvey – e os conceitos advindos da teoria do jornalismo. A proposta é contribuir para o debate sobre a noção de cidade sustentável no jornalismo ambiental.

4 O Programa Cidades e Soluções

Em *A Invenção do Cotidiano*, Michel de Certeau (2011, p. 201) discorre sobre a cidade como “teatro de uma guerra de relatos”. Esses “relatos urbanos” podem ser vistos e ouvidos nas ruas, nos escritórios, nos cafés, nos imóveis e retratam o cotidiano das cidades através da publicidade que estimula o consumo e o jornalismo que busca a notícia. A mídia

jornalística sabe produzir relatos que podem incentivar ou não a visão crítica dos habitantes sobre o espaço urbano.

O programa Cidades e Soluções é um exemplo de veículo da mídia que serve de cenário para essa “guerra de relatos”. Apresentado pelo jornalista André Trigueiro e exibido pelo canal Globo News, desde outubro de 2006, tem como objetivo, como mostra o site do programa, “abrir espaço para experiências bem-sucedidas do uso inteligente e sustentável dos recursos naturais no Brasil e no mundo”. O episódio escolhido como objeto para o estudo de caso neste artigo foi exibido no dia 30 de março de 2015 com o título “Vantagens e riscos da maior intervenção urbana do Brasil”. A proposta desse episódio do programa telejornalístico, que traz uma reportagem com 30 minutos de duração, foi apresentar os detalhes do projeto Porto Maravilha, idealizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Esse projeto envolve obras de revitalização de cinco milhões de metros quadrados de área na chamada zona portuária no centro da cidade e foi inspirado em intervenções similares ocorridas em várias metrópoles como Londres, Nova York, Barcelona e Hamburgo. Várias pessoas foram entrevistadas entre representantes do poder público, das empreiteiras que fazem parte do consórcio para as obras e habitantes da cidade.

A reportagem nos remete a uma série de questões já abordadas neste trabalho sobre o direito à cidade sustentável e a participação dos habitantes nesse processo de transformação. O projeto é ambicioso e polêmico. Na reportagem, André Trigueiro confirma o papel do jornalismo em transformar o banal em destaque. Antes do Porto Maravilha, a zona portuária era sempre alvo de críticas e comentários sobre o abandono da área, mas era apenas uma questão infra-ordinária e comum, o local não tinha nada de especial ou notável, retornando ao texto de George Perec. Desde o lançamento do projeto Porto Maravilha (um exemplo de processo de gentrificação já discutido neste artigo), a zona portuária se transforma em foco de debates na mídia, envolvendo população, poder público e iniciativa privada. Torna-se o “extraordinário” e sua revitalização divide opiniões em uma arena de conflitos de interesses. Afinal, como definiu o geógrafo Roberto Lobato Corrêa, “a cidade é um conjunto de símbolos e campo de lutas” (apud SPOSITO, 2008, p. 23).

No episódio, André Trigueiro apresenta vários pontos considerados positivos do Porto Maravilha como os empreendimentos culturais Museu de Arte do Rio de Janeiro (MAR) e o Museu do Amanhã, no píer Mauá, um projeto do arquiteto espanhol Santiago Calabrava. A contratação de profissionais de renome tem proposta de atrair mais investimentos para área revitalizada, de acordo com a proposta de gentrificação. Outro detalhe é destacado pelo jornalista. São as obras que revelam os “fantasmas” ou espectros da cidade, como denomina Certeau (2011, p. 189), ou “as resistências de passado teimoso e obstinado”. Elas mostram parte da história do Rio de Janeiro escondida embaixo da terra como o Cais da Imperatriz, inaugurado em 1843. O que se destaca é que ele já era produto de uma revitalização que transformou o espaço urbano da época e buscou

enterrar um passado que o Brasil queria esquecer. Era o antigo Cais do Valongo por onde passaram mais de 500 mil escravos vindos da África que foi alargado e embelezado para receber a então futura imperatriz Teresa Cristina que chegava para casar com Dom Pedro II. Todos os achados arqueológicos são coletados e catalogados pelas equipes treinadas do Instituto Rio Patrimônio Histórico da Humanidade.

Os pontos negativos do projeto envolvem questões que já abordamos sobre quem investe nessas grandes intervenções urbanas. O então prefeito do Rio, Eduardo Paes, foi um dos entrevistados. Ele sustenta que mais de 50% das construções na área do projeto serão de residências, mas, por enquanto a maioria dos projetos é de edifícios corporativos. Outro grave problema é o caso, até hoje sem solução, do roubo de cinco vigas retiradas após a demolição do elevador da Perimetral, ocorrido em outubro de 2013.

Essas disputas narrativas provocam reflexões sobre qual a posição da população sobre o que se passa na cidade, em especial na região das obras da zona portuária do Rio. Afinal, como o público convive com o barulho, a poeira e o trânsito lento? Ele realmente vê a cidade? No seu texto sobre a fala cotidiana, Blanchot (2007, p. 242) acredita na omissão. Já ressaltava a figura do "homem da rua que vê tudo, mas não testemunha nada". Já Certeau (1994, p. 177) fala do homem comum, do anônimo que caminha pela cidade em processo de "enunciação pedestre", que organiza várias possibilidades de observação e leitura do sistema urbano, que é chamado pelo autor de "retórica da caminhada" ou por Ramos (apud GOMES, 2012, p. 12) de "retórica do passeio", pois, "é no passeio que o caminhante sai de seu interior para estabelecer relações com a cidade desordenada".

Nesse sentido, qual foi o atrativo do episódio, buscando despertar a reflexão sobre o cotidiano dessas mudanças na zona portuária? Baseados na proposta de sistematização dos critérios de noticiabilidade de Silva (2014), podemos encontrar vários valores-notícia na reportagem como: impacto, quando se leva em conta o número de pessoas afetadas e envolvidas pelo fato e as grandes quantias aplicadas no projeto; proeminência, quando envolve um personagem como o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes; governo, que discute as decisões e medidas relativas ao projeto; polêmica, quando envolve o caso das vigas roubadas.

Porém, o predominante é o de proximidade tanto a geográfica como a cultural. Quanto mais próximo do telespectador, no caso do programa Cidades e Soluções, maior o valor-notícia. Como os problemas urbanos são mundiais e muito similares, seria lançada a reflexão o agir local e o pensar global.

5 Considerações Finais

O ideal da cidade sustentável pode ser considerado uma utopia por muitos, mas os crescentes problemas ambientais causados pelo atual sistema global de produção e consumo a partir de uma visão antropocentrista ainda predominante mostram que as mudanças são necessárias e urgentes. As utopias no título deste trabalho vão além do sentido de um sistema ou plano que parece inatingível. A rebeldia em busca do direito à cidade sustentável é a forma de despertar a reflexão sobre o que é possível para conquistar o equilíbrio.

Nesse cenário urbano, o jornalismo ambiental luta todos os dias para salvar o cotidiano do lugar comum e da indiferença. A iniciativa de programas como o Cidades e Soluções trazem alternativas de mudança como no caso da reportagem sobre as obras de revitalização da zona portuária do Rio. Desde a exibição do episódio, as disputas narrativas prosseguem. Em julho de 2017, a imprensa noticiou que a administração da região do Porto Maravilha passou do Consórcio Porto Novo para a Prefeitura do Rio por falta de pagamento do consórcio. A dívida chegava a R\$ 68 milhões e foi cobrada na justiça. Outras reportagens apontam que o local já apresentava problemas como a manutenção de calçadas e coleta de lixo.

A apresentação dessas questões abre a possibilidade de reverter o caráter blasé, a indiferença do homem mostrada por Georg Simmel e a afirmação mais pessimista de Certeau (2011, p. 196): “a restauração dos objetos vem acompanhada de uma desapropriação dos sujeitos”. Porém, quando buscamos pelo direito à cidade sustentável provamos que os sujeitos podem ter voz no processo de mudanças na paisagem urbana.

Referências

AGUIAR, Leonel; SCHAUN, Ângela. Heurística do Medo: mídia e meio ambiente na sociedade de risco. **Ação Midiática**, Curitiba, v. 1, n. 2, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/download/26423/17631>. Acesso em: 26 maio 2019.

BATTESTIN, Cláudia; GHIGGI, Gomercindo. O princípio responsabilidade de Hans Jonas: um princípio ético para os novos tempos. **Thaumazein**, Santa Maria, n. 6, ano 3, 2010, p. 69-85. Disponível em: http://www.academia.edu/11089561/O_BIEN-VIVIR_E_O_PRINCIPIO_RESPONSABILIDADE_DE_HANS_JONAS_PARA_UMA_AMAZ%C3%94NIA_SUSTENT%C3%81VEL. Acesso em: 26 maio 2019.

BLANCHOT, Maurice. **A conversa infinita 2: a experiência limite**. São Paulo: Escuta, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CIDADES E SOLUÇÕES. Apresentado por André Trigueiro. Rio de Janeiro: Globo News, 30 mar. 2015, 21h30. Duração 30 min. Episódio: Vantagens e riscos da maior intervenção urbana do Brasil.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Migrações contribuem para o crescimento urbano, diz Organização Internacional para as Migrações. Disponível em: <http://www.dn.pt/mundo/interior/mais-de-metade-da-populacao-mundial-vive-em-cidades-4856841.html>. Acesso em: 5 maio 2017.

DUARTE, Marcia Yukiko Matsuuchi. Estudo de caso. In: DUARTE, Jorge; BARROS; Antonio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GIRARDI, Ilza Tourinho et al. Jornalismo Ambiental: caminhos e descaminhos. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 8, 2010, São Luís. Anais. Brasília: Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 2010.

GOMES, Renato Cordeiro. Janelas indiscretas e ruas devassadas: duas matrizes para a representação da cidade. **Revista Dispositiva**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/download/P.2237-9967.2012v1n1p2/3105>. Acesso em: 26 maio 2019.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica**. Rio de Janeiro: EdPUC-Rio/Contraponto, 2006.

MIRANDA, Amli Paula Martins de; NETTO, Luiz da Rosa Garcia. A Conferência da Cidade: o planejamento urbano e a mídia em Cuiabá. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 33, 2010, Caxias do Sul. Anais. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação, 2010.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

PEREC, Georges. **L'infra-ordinaire**. Paris: Éditions du Seuil, 1989.

PORTAL G1. Sob a administração da Prefeitura, Porto Maravilha exhibe sinais de abandono. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/sob-administracao-da-prefeitura-porto-maravilha-exibe-sinais-de-abandono.ghtml>. Acesso em: 24 jul. 2017.

PORTO MARAVILHA. Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://186.192.129.214:7171/portomaravilha>>. Acesso em: 1 dez. 2016.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. 5.ed. São Paulo: Rede Nossa São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/oprograma>. Acesso em: 5 dez. 2016.

SHERINGHAM, Michael. **Everyday life: theories and practices from surrealism to the present**. New York: Oxford University Press, 2006.

SILVA, Armando. **Imaginários Urbanos**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz (orgs.). **Critérios de**

noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014.

SILVA, Marcos Paulo da. Perspectivas históricas da análise da noticiabilidade. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz (orgs.).

Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **Mana**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 577-591, out. 2005.

SPOSITO, Eliseu Salvério. **Redes e cidades**. São Paulo: UNESP, 2008.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo:** a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. 3.ed. Florianópolis: Insular, 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.